



## Sustentabilidade econômica Maxakali na terra indígena de Água Boa, em Santa Helena de Minas/MG, no Período do SPI

Kenia Fabiana Cota Mendonça<sup>1</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4726-8875>

Luís Fernando da Silva Laroque<sup>2</sup> - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1861-4679>

<sup>1</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus Mucuri/MG, Brasil\*

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado/RS, Brasil\*\*

Artigo recebido em 09/04/2024 e aceito em 27/12/2024

### RESUMO

Os Maxakali ou *Tikmũ'ũn* são um povo originário pertencente à Sociedade Jê e, tradicionalmente, têm ocupado territórios das bacias hidrográficas dos rios Itanhém, Mucuri e São Mateus. O Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira foi instalado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1940, na área indígena de Água Boa, situada à nordeste de Minas Gerais. Este estudo teve por objetivo analisar as atividades de sustentabilidade econômica desenvolvidas no período de 1940 a 1967, no Território Indígena de Água Boa, município de Santa Helena de Minas, Minas Gerais. A metodologia foi de cunho quali-quantitativo, com a utilização de pesquisas descritiva, bibliográfica, documental, *ex post facto*, no acervo documental do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, composto de balancetes financeiros, boletins, cartas, ofícios, memorandos, recibos, relações, relatórios, telegramas e termos. Observou-se que as atividades econômicas desenvolvidas eram definidas de acordo com o mercado e a capacidade produtiva da terra, não se levando em consideração os interesses e as práticas de sustentabilidade econômica tradicionais dos Maxakali; e que o café e a pecuária bovina foram os carros-chefes implantados pela política do SPI, no Posto.

**Palavras-chave:** serviço de proteção ao índio; Maxakali; sustentabilidade econômica.

\* Doutorado em Ciências – Ambiente e Desenvolvimento e Professora e coordenadora de atividades complementares do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: [kenia.mendonca@universo.univates.br](mailto:kenia.mendonca@universo.univates.br)

\*\* Doutorado em História e Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Curso de Graduação em História. E-mail: [lflaroque@univates.br](mailto:lflaroque@univates.br)

## **Maxakali economic sustainability in the indigenous land of Água Boa, in Santa Helena de Minas/MG in the SPI period**

### **ABSTRACT**

The Maxakali or Tikmũ'ũn are an original people belonging to the Jê Society and have traditionally occupied territories in the river basins of the Itanhém, Mucuri and São Mateus rivers. The Engineer Mariano de Oliveira Indigenous Post was installed by the Indian Protection Service (SPI), in 1940, in the Indigenous area of Água Boa, located northeast of Minas Gerais. This study aimed to analyze the economic sustainability activities developed in the period from 1940 to 1967 in the Água Boa TI, municipality of Santa Helena de Minas, Minas Gerais. The methodology was of a qualitative and quantitative nature with the use of descriptive, bibliographical, documentary, *ex post facto* research in the documentary collection of the Museu do Índio/Rio de Janeiro composed of financial balance sheets, bulletins, letters official documents, memoranda, receipts, lists, reports, telegrams, and terms. It was observed that the economic activities carried out were defined according to the market and the productive capacity of the land, without taking into account the interests and traditional economic sustainability practices of the Maxakali; and that coffee and cattle farming were the flagships implemented by the SPI policy at the post.

**Keywords:** indian protection service; Maxakali; economic sustainability.

## **Sustentabilidad económica Maxakali en la tierra indígena de Água Boa, en Santa Helena de Minas/MG, Durante el período de SPI**

### **RESUMEN**

Los Maxakali o *Tikmũ'ũn* son un pueblo originario perteneciente a la Sociedad Jê y, tradicionalmente, han ocupado territorios en las cuencas de los ríos Itanhém, Mucuri y São Mateus. El Puesto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira fue instalado por el Servicio de Protección al Indio (SPI), en 1940, en la zona indígena de Água Boa, situada en el noreste de Minas Gerais. Este estudio tuvo como objetivo analizar las actividades de sustentabilidad económica, realizadas entre 1940 y 1967, en el Territorio Indígena de Água Boa, municipio de Santa Helena de Minas, Minas Gerais. La metodología fue de carácter cualitativo y cuantitativo, con el uso de investigación descriptiva, bibliográfica, documental, *ex post facto*, en el acervo documental del Museo del Indio, en Río de Janeiro, compuesto por balances financieros, boletines, cartas, oficios, memorandos, recibos, relaciones, informes, telegramas y términos. Se observó que las actividades económicas desarrolladas eran definidas en función del mercado y de la capacidad productiva de la tierra, sin tener en cuenta los intereses y las prácticas tradicionales de sustentabilidad económica de los Maxakali; y que el café y la ganadería fueron los buques insignia implementados por la política del SPI, en el Puesto.

**Palabras clave:** servicio de protección al indio; Maxakali; sustentabilidad económica.

## **INTRODUÇÃO**

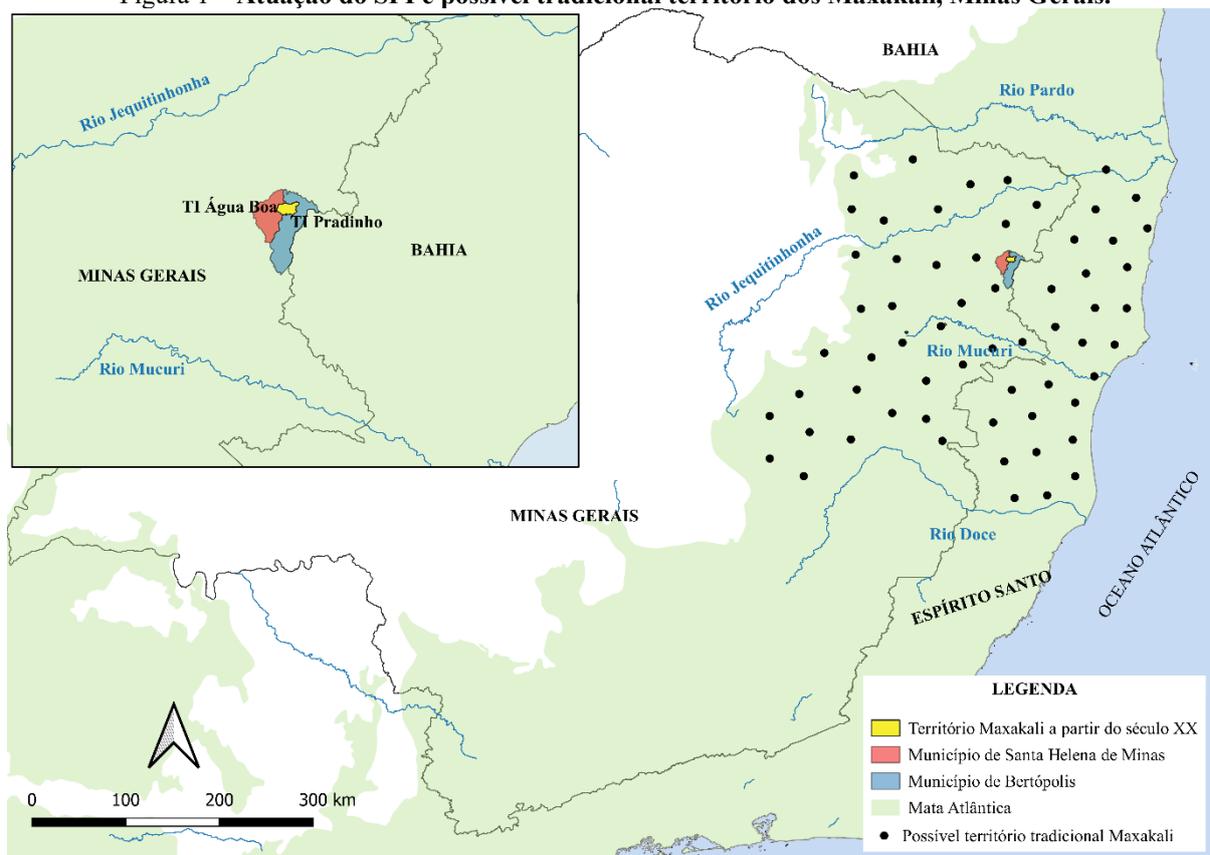
No período do Brasil Colonial e Imperial, a assistência aos povos indígenas ficou a cargo de missionários (Bagio, 2007). Porém, no período do Brasil Republicano, após tensionados debates sobre a “questão indígena”, em 1910, conforme Cunha (2012), foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, em 1918, foi renomeado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI), uma vez que a tarefa de localização dos trabalhadores nacionais foi repassada para o Serviço de Povoamento (Bringmann, 2015).

O SPI tinha como funções transformar o indígena em “civilizado”, proteger os territórios dos povos originários e assegurar a assistência que os mesmos necessitavam em decorrência das transformações promovidas em seus territórios pelos brasileiros. O referido órgão teve sua estrutura dividida em, no mínimo, três níveis ao longo de sua história: a Diretoria, cujas funções eram deliberativas e políticas; as Inspetorias Regionais, responsáveis pela execução das políticas indigenistas nos postos; e os Postos Indígenas (PI), local onde se concretizavam tais políticas.

Os Maxakali, durante trinta anos, foram considerados pelo SPI como “Índios fora dos Postos”. Foi somente um ano após o relatório de 1939 de Nimuendaju (1958), que se evidenciou os problemas das invasões das terras, da cachaça fornecida pelos regionais, dos estupros, do incentivo ao plantio de capim como meio de “espremer os índios”. Reagindo a estes abusos, os Maxakali passaram a guerrear contra os posseiros e configurando-se a possibilidade de um massacre, motivo pelo qual, em 1940, foi criado o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira (PIMO).

O PIMO ficou estabelecido no Território Indígena de Água Boa, município de Santa Helena de Minas, contudo, era responsável também pela assistência aos indígenas do território do Pradinho, município de Bertópolis, ambos no estado de Minas Gerais, onde congregavam os Maxakali ou *Tikmũ'ũn*, como ilustra o mapa (Figura 1). Esse povo originário é pertencente à Sociedade Jê, possui população estimada de dois mil e setenta e quatro indivíduos (IBGE, 2023) e, tradicionalmente, ocuparam a vasta região entre os rios Pardo e o Doce, correspondente ao sudeste da Bahia, o nordeste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo.

Figura 1 – Atuação do SPI e possível tradicional território dos Maxakali, Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando dados da ANA (2017) e do IBGE (2021).

As ações realizadas no PIMO deveriam ser custeadas pelos recursos repassados pela União e complementadas pelas atividades desenvolvidas pelos Maxakali e funcionários do Posto. Porém, a insuficiência de recursos públicos persistiu durante toda a existência do SPI, sendo agravado a partir da década de 1940 devido ao cenário político-econômico que o Brasil estava passando: as altas taxas de inflação, instabilidade cambial e problemas relacionados ao setor externo da economia. Por isso, a autossuficiência ou emancipação dos Postos foi perseguida por todas as chefias das 4ª Inspeção Regional, responsável pela coordenação das atividades do PIMO.

O PIMO, conforme previsto, não conseguiu a emancipação, mas as atividades produtivas agropecuárias foram implantadas de acordo com os pressupostos ideológicos do SPI. Neste contexto, esse artigo teve como objetivo analisar as atividades produtivistas desenvolvidas no período de 1940 a 1967 no território indígena de Água Boa, município de Santa Helena de Minas, Minas Gerais. Justifica-se esse

período por serem os anos de atuação do órgão junto aos Maxakali e também por ser marcado pela forte influência do Ministério da Agricultura nas propostas produtivas do SPI.

O artigo foi dividido em: Introdução; Metodologia; Discussão e Resultados, que se subdivide em duas seções: “Agricultura e pecuária no Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira” e “Sustentabilidade econômica Maxakali”, e, por fim, as Considerações Finais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi classificada, de acordo com Vergara (1998), quanto aos seus fins como descritiva; e, quanto aos meios de investigação como bibliográfica, documental, *ex post facto* e de cunho histórico, sendo a pesquisa documental o norteador central do artigo.

Em vista disto, a principal fonte de dados utilizados foram os variados tipos de documentos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) localizado no Museu do Índio no Rio de Janeiro que faziam referência aos Maxakali. O acervo utilizado esteve composto de balancetes financeiros, boletins, cartas, ofícios, memorandos, recibos, relações, relatórios, telegramas e termos.

Depois de identificados, os documentos foram codificados e tabulados. Posteriormente, foi realizada a análise das informações que consistiu em identificar nos documentos o que estava sendo informado a respeito das atividades produtivistas desenvolvidas no TI de Água Boa. Gil (2008, p.175) adverte que em procedimentos analíticos de natureza qualitativa “não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador”.

Para facilitar a compreensão dos resultados e da análise, foram utilizadas ainda técnicas da pesquisa quantitativa, recorrendo-se à Estatística Descritiva para descrever e sintetizar os dados. A interpretação e análises das informações foi fundamentada em pressupostos teóricos dos autores estudados, como Rocha (1993), Lima (1995), Sahlins (1997), Decola (1999), Castro (2004), Azanha (2005), Oliveira (2006), Ferreira (2012), Pardini (2012), Bringmann (2015), Costa (2015), Pereira (2018), Silva (2018), Santos (2020), Mauro (2021) e Rolim (2021).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### ***Agricultura e pecuária no Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira***

Nas décadas finais de existência do SPI, o órgão indigenista buscou a integração dos povos indígenas aos sistemas produtivos agropecuários regionais (Bringmann, 2015). Para atender às diretrizes do órgão, o Encarregado do PIMO, Telésforo Martins Fontes, em 1943, iniciou a plantação do café no TI de Água Boa (Relatório [...], 1956). Neste sentido, em abril de 1945, seis mil cafeeiros deram pequena colheita, mas esperava-se melhor resultado para o ano de 1947, visto que o produto poderia ser “fonte de renda apreciável dado ao preço aqui” na região (Relatório [...], 1946a, p. 18).

No ano seguinte, o café não produziu como previsto e para estimar seu valor era preciso esperá-lo amadurecer, torcendo para que chovesse até fevereiro de 1947, senão a maior parte dos caroços murchariam (Relatório [...], 1947b, p. 866). Contudo, os resultados dos anos de 1947 e 1948 talvez nunca serão conhecidos, pois não foram localizadas informações se o prognóstico de 1945 confirmou-se e as colheitas em 1947 foram realmente rentáveis.

Já em 1949, mesmo depois das chuvas torrenciais em dezembro de 1948 e “uma grande tempestade acompanhada de trovões e forte ventania, que derrubou alguns cafeeiros”, em janeiro foram colhidos 200 kg de café (Carta [...], 1949, p. 875; Relatório [...], 1950a). Conforme Avisos de 1949, foram apanhados 300 kg, dos quais 70kg foram distribuídos aos Maxakali e 60kg para consumo no PIMO, restando, portanto, 170kg em estoque (Avisos [...], 1949; Relatório [...], 1950a).

No entanto, nos documentos pesquisados não foi possível identificar o destino do estoque e nem se a produção de café em 1949 havia sido de 200kg ou 300 kg. Ainda, não ficou claro se o “Consumo do Posto” era realizado nas dependências do PIMO pelos trabalhadores em horário do expediente ou, acredita-se que seja o mais provável, que os 60kg foram distribuídos para os funcionários consumirem junto de suas famílias ou para venderem, caso preferissem.

Aceitando-se a segunda alternativa como mais provável, vale mencionar que, em 1949, trabalhavam no PIMO cinco funcionários (Tabela [...], 1949) e habitavam o território indígena 78 Maxakali maiores de 12 anos (Avisos [...], 1949). Se cada adulto recebeu uma parcela do café, pode-se supor que os funcionários receberam 12kg cada e os Maxakali 0,90kg, ou seja, os servidores do Posto receberam 13 vezes mais café, divisão incoerente, em nosso entender, considerando que os indígenas trabalhavam tanto ou mais nas atividades de cultivo.

Observou-se que, assim como acontecia o “Panelão<sup>1</sup>” (Bringmann, 2015), os Maxakali também eram obrigados a trabalhar nas lavouras do PIMO, com pena de não receberem a assistência do SPI. Pereira (2018) relatou vários desses casos: obrigatoriedade de realização de trabalhos compulsórios nos PI Guarita e Nonoai, ambos no Rio Grande do Sul; trocas de indígenas para o trabalho escravo entre o PI Nonoai e o PI José Maria de Paiva, Paraná; exploração do trabalho no PI Interventor Manoel Ribas, Paraná, para enriquecimento do chefe do Posto; aluguel de índios por servidores da 7ª Inspeção Regional (IR) e tráfico humano indígena na 6ª IR.

Nos anos de 1949 e 1950, o número de cafeeiros manteve-se constante em 10.000 pés (Avisos [...], 1949; Avisos [...], 1950), entretanto a seca de 1951 prejudicou severamente o cafezal, reduzindo para 6.000 seu número (Avisos [...], 1951), quantidade de cafeeiros que foi mantida pelo período de 1951 a 1959. Durante o período de dezesseis anos, de 1943 a 1959, identificou-se nos documentos somente cinco anos de colheitas, 1945, 1949, 1953, 1957 e 1958, cujo consumo levou seis anos. Excluindo-se o primeiro ano em que não foi mencionada a quantidade produzida, colheu-se ao todo 5.370 kg de café, uma média aproximada de 336kg por ano. Do total produzido, 47,7% foi distribuído aos Maxakali, 7,2% consumido no PIMO, 28,7% vendido e 16,4% não se localizou o destino.

Vale mencionar que o cafezal no ano de 1953 foi plantado no mesmo local que o mandiocal (Avisos [...], 1953), técnica chamada de consórcio de culturas, que segundo Hernani, Souza e Ceccon (2021, texto digital) “é caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia”.

Lima (1995, p. 294) salientou que era política do SPI “instrumentalizar os índios para trabalho agrícola intensivo” com progressiva exploração do patrimônio indígena. Desta maneira, os servidores do PIMO buscaram fornecer o conhecimento sobre o cultivo do café com aumento da produtividade e exploração da terra roxa abundante no território Maxakali. A inserção dos indígenas nessas iniciativas foi de mão de obra braçal, uma vez que a participação na concepção, gestão e avaliação das atividades eram vetadas a eles (Mauro, 2021).

---

<sup>1</sup> Sistema de Panelão ou Panelão refere-se aos trabalhos compulsórios nas lavouras dos postos indígenas do SPI, caracterizando-se como uma modalidade produtiva e um aparelho disciplinar utilizado para a assimilação dos Kaingang à sociedade brasileira (Bringmann, 2015).

Contudo, o modo capitalista de pensar é contrário às concepções de mundo dos indígenas. Esses povos não produzem para o mercado, mas para o sustento de seus parentes. O enriquecimento individual é desvalorizado, para eles sustentar-se é “manter o equilíbrio das trocas com o mundo natural (e sobrenatural) visando à segurança dos parentes mais próximos e repondo, no processo, os estoques de corpos humanos, das almas e dos seres (recursos) ‘naturais’” (Azanha, 2005, p.15).

Do mesmo modo que o café, as árvores frutíferas também foram inicialmente plantadas por Telésforo Martins Fontes em 1943 (Relatório [...], 1956). Em 1945, o Encarregado do PIMO informou à 4ª IR que havia plantado 2.000 árvores frutíferas, entre elas: laranjeiras, jaqueiras, cajueiros, limeiras, limoeiros, jenipapo, amoreiras e jeribá. No ano seguinte, elas estavam “bem desenvolvidas em ótimo crescimento” e a maior parte delas já frutificando (Relatório [...], 1946a, p. 18).

As fruteiras resistiram bem à seca que assolou o PIMO no ano de 1946 (Relatório [...], 1947b) e, mesmo que não mencionado o cultivo, o Posto teve “farta colheita” de melancias, 2.000 unidades, que foram ingeridas pelos Maxakali “durante as festas da religião deles” (Relatório [...], 1947b, p. 867). Naquele ano, foram plantadas ainda mudas de coco e abacaxi (Relatório [...], 1947a).

Não foi possível obter a quantidade de árvores frutíferas que foram derrubadas em decorrência das fortes chuvas e ventanias ocorridas em janeiro de 1949 (Carta [...], 1949), uma vez que não se sabe exatamente o número existente delas em 1948 para comparação. Contudo, a partir desse evento climático, não foram mais localizadas menções sobre as frutíferas: jenipapo, amoreira, jeribá, melancia e abacaxi. Entre os anos de 1950 e 1951 e de 1959 e 1962 ocorreram reduções de 80% e 100% das bananeiras e 22,54% e 88,72% de árvores frutíferas, respectivamente, veja Quadro 1.

Quadro 1 – Unidades de árvores frutíferas existentes no Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira no período de 1949 a 1967.

Cultivos	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1956	1957	1958	1959	1962	1967
Fruteiras	1.000	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abacateiros	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	-	-
Bananeiras	15.000	10.000	2.000	2.000	2.000	2.000	500	500	500	500	-	-
Cajuzeiros	-	-	25	25	-	24	25	25	25	25	10	10
Coco anão	-	-	-	-	10	10	10	10	10	10	2	2
Jaqueiras	-	-	230	230	230	230	230	230	230	230	50	70
Laranjeiras	-	-	240	240	240	240	240	240	240	240	5	2
Limeiras	-	-	12	12	12	12	12	12	12	23	-	-
Limoeiros	-	-	6	6	6	6	6	6	6	6	3	2
Mangueiras	-	-	12	12	12	12	12	12	12	12	6	6
Tangerineiras	-	-	480	480	480	480	480	480	480	480	40	50
Uva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>16.000</b>	<b>11.300</b>	<b>3.007</b>	<b>3.007</b>	<b>2.992</b>	<b>3.016</b>	<b>1.517</b>	<b>1.517</b>	<b>1.517</b>	<b>1.528</b>	<b>116</b>	<b>144</b>

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com os Avisos [...] (1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1956, 1957, 1958, 1959, 1962, 1966).

Analisando todo o período, verificou-se que desde 1943 até o início da década de 60, aproximadamente 17 anos, existiram no mínimo 990 árvores das mais variadas qualidades de frutas, além das bananeiras no PIMO. Porém, muito pouco foi registrado pelos funcionários sobre a produção, o consumo e a importância das mesmas na dieta alimentar dos Maxakali. Sobre as bananas existem relatos que a fruta era muito apreciada pelos indígenas, que as comiam em grande quantidade *in natura*, assadas e também faziam beiju, farinha, papa, seca ao sol, dentre outras iguarias (Relatório [...], 1946a, 1947b).

No entanto, não foi possível ter certeza se os Maxakali consumiram os frutos das 2.000 bananeiras mencionadas nos Avisos de 1951 a 1954, isto porque em julho, setembro e outubro de 1951 foi informado que elas não produziam mais “devido longo tempo em que foram plantadas” (Avisos [...], 1951). Ficaram em produção durante os anos de 1956 a 1959, 500 bananeiras, tendo sido plantadas algumas em abril de 1953 (150 mudas), dezembro de 1956 (150 mudas) e abril de 1957 (250 mudas) (Avisos [...], 1953, 1956, 1957). Assim, como no caso dos cafeeiros, não se localizou mais informações sobre o cultivo das bananeiras no PIMO após 1959.

Destaca-se que um dos principais problemas enfrentados para o cultivo das árvores frutíferas foi a existência das formigas saúvas. Existem dados de combate aos formigueiros nos anos de 1945, 1946, 1949 a 1952 e 1958, totalizando sete anos e aproximadamente 11 formigueiros por ano. Eram utilizados para eliminação das formigas, em 1945, arsênico e enxofre e, em 1958, os formicidas químicos Bloco e Nitrosin.

Em relação aos grãos produzidos pelo PIMO, os documentos mencionam o feijão, o milho, a soja e o arroz. Em 1945, o feijão e o milho eram plantados para abastecer a “alimentação dos escolares, distribuição aos índios e despesas da administração” (Relatório [...], 1946a, p. 18). Porém, acredita-se que em 1946 essa demanda não foi suprida visto a safra ter sido “completamente perdida” devido à seca (Relatório [...], 1947b, p. 867).

Em 1949 foram plantados 15kg de semente de milho e 5kg de semente de soja, esse último mencionado nos documentos somente essa única vez (Relatório [...], 1950a). O milho foi plantado ainda em 1950, 1951, 1960 e 1966, tendo registro de perda da safra de 1951 em razão da seca. Já o feijão foi cultivado nos anos de 1950, 1960 e 1966, com registro de colheita nos anos de 1952, 1958 e 1966 (Avisos [...], 1950, 1966; Relatório [...], 1950a, 1960). Para finalizar os grãos, existem dados inconclusivos sobre a produção ou plantio de arroz em 1946, 1949 e 1959.

Quanto aos tubérculos, foram mencionadas a batata e a mandioca. A primeira, segundo os dados, foi plantada nos anos de 1949, 1951 e 1952, sendo que no último ano seu plantio se deu na mesma área que o pomar (Avisos [...], 1952), lembre-se que a consorciação de culturas era uma prática no posto.

A batata e a mandioca foram importantes fontes de alimento no ano de 1949, quando os Maxakali da TI do Pradinho abandonaram suas roças e descolocaram-se para o TI de Água Boa em função do falecimento de Manoel Maxakali. Esses tubérculos salvaram “da fome a todos os índios que sugeriram, abandonando as suas roças e a aldeia do Pradinho” (Relatório [...], 1950a, p. 225). A razão do abandono do TI do Pradinho foi em decorrência dos rituais fúnebres desse povo que queimam todos os pertences do falecido a fim de permitir a transição do *koxuk* (alma) do morto em *yãmÿy* (espírito-cantor) (Oliveira, 2006; Silva, 2018). Neste sentido tem-se:

Para que esse trânsito ocorra é necessário obedecer às prescrições rituais e algumas precauções como a queima da casa do morto, de seus pertences, da roça e da casa de religião, no sentido de purificar e renovar. A casca morta está associada não só ao corpo que contém o espírito, mas a tudo que envolve a essência do ser, a alma, como a casa, *mĩptut*, as roupas, *ãynhukxax* e sapatos, *pataxax*. Esse fluxo entre os mundos visível e invisível determina também a mobilidade social do grupo, acarretando na mudança de toda aldeia ou abandono das casas na busca de renovação, aconchegando-se em novas “cascas de proteção” (Oliveira, 2006, p. 46).

Assim como o café, o mandiocal foi tratado com capricho ao longo dos anos. Em 1949 foram colhidos 13.800kg de mandioca (Relatório [...], 1951) e, em 1952 e 1953, foram produzidos 300kg e 834kg de farinha de mandioca, respectivamente, totalizando 1.134kg. Aos Maxakali foram entregues 87,74% da

farinha, 6,97% foi destinado ao consumo do PIMO e 5,29% ficou em estoque, cujo destino não foi identificado (Avisos [...], 1952, 1953).

A mandioca era consumida pelos Maxakali e utilizada para a alimentação dos porcos do PIMO. Com ela era fabricada a farinha, importante para o abastecimento do Posto e para a geração de renda (Relatório [...], 1950b). Ressalta-se ainda que esse tubérculo é um alimento muito apreciado pelos Maxakali. Na cosmologia desse povo, existe um importante herói caçador advindo da fibra da mandioca, o *Kotkuphi*. Os *Kotkuphi* caçavam para e com os antepassados Maxakali, e fez os últimos seus donos, donos de seus cantos, pois a música chega junto com a caça. No início da aliança, os antepassados exprimiram medo do *Kotkuphi* em razão desse espírito ser um caçador e caçar exprime violência. No entanto, a “aliança com um grande caçador significa a garantia do acesso a boas quantidades de carne, sem maiores dificuldades” além, segundo a história do mito, da restauração das relações entre as aldeias, da partilha da comida e da música, da articulação social local e ampla, dentre outros benefícios (Jamal Júnior, 2017, p. 35).

Portanto, é notória a importância da mandioca para a sustentabilidade indígena e suas práticas culturais. Contudo, mesmo cientes disso, os funcionários e a administração do PIMO não levavam em consideração as necessidades e preferências dos Maxakali quando realizavam o planejamento dos cultivos do posto. O que contava era a demanda do mercado consumidor externo, adotavam a lógica capitalista em detrimento dos interesses daqueles que deveriam assistir.

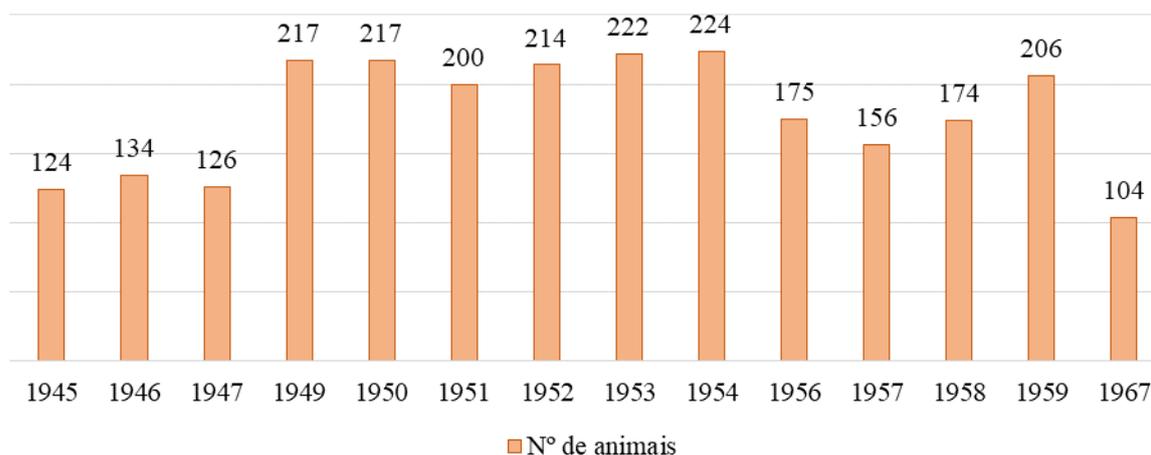
Por fim, a cana de açúcar foi plantada em 1945 com o objetivo de produzir a rapadura no ano seguinte para a obtenção de renda (Relatório [...], 26/01/1946a). Assim, em 1946 foram produzidas 200 rapaduras, vendidas 50 e o restante destinado ao consumo do PIMO (Relatório [...], 1947b, p. 867). Os documentos não esclareceram se esse consumo incluía os Maxakali. A cana, além de 1945 e 1946, foi plantada também em 1950, 1953 e 1956, sendo a única cultura que resistiu a seca de 1951.

Quanto à criação de animais, o Programa Pecuário do SPI iniciou-se na década de 40 com a priorização da criação de animais de grande porte, principalmente bois e cavalos, ainda que não existisse preconceito em relação a outras espécies de animais, desde que gerasse lucro. Para o SPI, essa atividade seria capaz de promover a integração do indígena, visto que eles demonstravam maior capacidade para desenvolvê-la que outras atividades e ainda permitir que fosse alcançada a autossuficiência coletiva e individual tão desejada pelo órgão (Bringmann, 2015).

A criação de animais no PIMO iniciou-se junto a sua fundação (Relatório [...], 1946b, MI), contudo tem-se informações sobre os bovinos (bois), equinos (cavalos), muares (burros), ovinos (ovelhas), suínos (porcos) e asininos (jumentos) ali criados somente a partir de 1944 e dados sobre suas quantidades em 1945. A média de animais presentes no Posto foi de 178 unidades aproximadamente, sendo 1967 o ano com menor número de criações (104) e o ano de 1954 com maior (224), veja gráfico (Figura 2).

No período de 1949 a 1954 concentrou-se o maior número de animais. Observou-se, contudo, que a quantidade de pastos e de criações do PIMO não possuíam relação direta, ou seja, não era documentado os aumentos ou reduções dos pastos em função da quantidade de animais, inclusive de bovinos. Existiram no período de 1945 a 1967 uma média aproximada de 108 bovinos, 19 equinos, 13 muares, 28 ovinos, 17 suínos e um asininos nos anos de 1951 e 1952.

Figura 2 – Quantidade de animais existentes no Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, no mês de janeiro, no período de 1945 a 1967.



Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com Relatório [...] (1946b, 1947a, 1948) e Avisos [...] (1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1957, 1958, 1959, 1967).

Seguindo as orientações do SPI, o PIMO investiu na criação de gado que representava, aproximadamente, 58% do total dos animais. No período de 1945 a 1959 suas quantidades variaram, sendo 1957 (43,62%) e 1950 (21,68%) os anos de maiores reduções de bovinos e os de 1949 (47,42%), 1953 (20,49%) e 1952 (19,61%) de maiores aumentos. Um dos principais motivos das diminuições do gado foram as doenças contraídas por esses animais, tais como, a berne e febre aftosa. Morreram em decorrência do berne, em 1945, 15 cabeças de gado (Relatório [...], 1946a) e, em 1949, pereceram 62 bovinos, apesar

dos esforços empregados pelos funcionários do PIMO. Vale mencionar que em outras regiões do Brasil também se verificou baixo desempenho na pecuária (Bringmann, 2015).

Nos anos de 1951, 1953 e 1958, o gado foi “castigado pela febre aftosa”. Em dezembro de 1956, os bovinos encontravam-se em “mau estado de saúde” acometidos por bernes, carrapatos e outros parasitas, provocando a morte de vários deles (Avisos [...], 1956). A situação não melhorou em 1957, uma epidemia causou a morte de vários animais (Avisos [...], 1957). Ilustram também a situação, a seguinte correspondência:

[...] a peste bovina que no ano de 1957, assolou todo o nordeste de Minas, dizimando rebanhos, cuja razão do mal não foi explicada nem pela Secretaria da Agricultura daquele Estado, que mandou in-loco proceder perícia para determinar e combater a peste que não foi subjugada. Houve criadores, inclusive nas vizinhanças do Posto, que sofreram até 70% de prejuízo (Carta [...], 1959, p. 915).

Na gestão de José Fernandes da Cruz, em 1960, vendeu-se aproximadamente 70 cabeças de gado, ficando o rebanho do PIMO reduzido para 23 cabeças. Ele aplicou o produto da venda na construção de uma estrada de rodagem que ligava o Posto à cidade de Machacalis, pois o trajeto era feito em lombo de burro (Defesa [...], 1968, p. 5257).

No ano de 1966, o Encarregado do PIMO, Sebastião Domingos da Silva, vendeu, sem autorização da Ajudância Minas-Bahia, quinze vacas para quitar dívidas e comprar alimentos para os Maxakali, visto que passavam fome desde o início da década de 1960. Sebastião foi severamente criticado por Augusto de Souza Leão, Chefe da Ajudância, por distribuir “gêneros alimentícios a todos indiscriminadamente, não premiando os bons e castigando os maus” (Declaração [...], 1967, p. 6304). Trata-se de uma contradição, que a produção de alimentos agropecuários produzidos no Posto não ser suficiente para alimentar esses indígenas. Os cultivos e as criações eram desenvolvidos nos territórios indígenas, a mão de obra era predominantemente Maxakali, os investimentos realizados para a produção eram advindos de recursos públicos destinados à assimilação dos mesmos, por isso, é inconcebível e inaceitável que passassem fome.

Ademais, além dos bovinos, eram criados ainda no PIMO ovinos e suínos, que poderiam servir de alimentos, e equinos e muares, que poderiam gerar renda para a compra de alimentos. Contudo, os dados da pesquisa localizaram a distribuição de leite de vaca, em 1947, correspondente a 844 litros de leite (Relatório [...], 1947b), considerando-se o consumo apenas das crianças menores de doze anos, significa que cada uma bebeu 13 litros por ano, aproximadamente 40 ml por dia. Existem menções da divisão do leite entre as crianças nos anos de 1951 a 1953 e 1956, porém não em todos meses dos anos. Em relação à

carne, tem-se registros que foram abatidos para o consumo dos Maxakali nove bovinos e cinco ovinos que totalizam 15 animais, ou seja, matava-se 0,6% das criações para o consumo desses indígenas por ano.

Rocha (1993) ao analisar alguns aspectos da política indigenista do período de 1950 a 1967, observou que para determinar a atividade econômica a ser desenvolvida nos Postos levava-se em consideração a capacidade de produção da terra e não a cultura e interesse dos indígenas que ali viviam. O mesmo verificou-se junto aos Maxakali. No PIMO prevaleceu para a determinação das atividades produtivas os interesses econômicos de seus gestores. As duas principais atividades, o café e a pecuária bovina, foram definidas de acordo com o mercado consumidor. Santos (2020) notou que os discursos nos jornais locais do Vale do Mucuri alteraram-se do café para a pecuária quando esse último se tornou mais lucrativo.

Deste modo, pode-se afirmar que as atividades produtivas desenvolvidas no PIMO pautaram-se na lógica capitalista de produção voltadas aos interesses dos funcionários e gestor do Posto em detrimento aos interesses e aos modos de vida Maxakali, que mesmo contribuindo ativamente das atividades das lavouras, muitas vezes foram excluídos da participação da renda ou da parcela de alimentos que eram devido, motivo pelo qual esses indígenas se desdobravam para fazer também suas próprias roças e que, nesse caso, não contavam com a colaboração da mão de obra dos servidores e diaristas do PIMO. As atividades desenvolvidas por esse povo durante o período de atuação do SPI foram discutidas a seguir.

### ***Sustentabilidade econômica Maxakali***

Antes da colonização do Vale do Mucuri, os Maxakali ocupavam a vasta região de Mata Atlântica que abrangia parte dos territórios dos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais (Silveira, 2015). Nesse período, a principal fonte de alimentos era a caça, a pesca, a coleta de frutos e raízes da mata (Relatório [...], 1956) e a agricultura itinerante, visto os hábitos nômades desse povo (Ferreira, 2012). Porém, a partir do final do século XIX e início do XX, eles foram encurralados pelos colonizadores, brasileiros e imigrantes, a uma restrita área nas cabeceiras do rio Itanhém e às margens do rio Umburanas.

Além da redução territorial, a intensificação da ocupação da terra pelas frentes de expansão agrícola reduziu a Mata Atlântica em dispersas e escassas faixas florestais, desequilibrando o modo de vida Maxakali que perdiam dessas áreas de caça, pesca e coleta. Assim, esses indígenas dedicaram-se mais à agricultura, “que melhoraram com o uso de ferramentas de ferro, cultivo de novas espécies e introdução de

técnicas de plantio dos civilizados” (Relatório [...], 1956, p. 2097), pelo menos era o que acreditavam os funcionários do PIMO.

Com relação ao cultivo de novas espécies, Ferreira (2012, p. 90) atestou em sua dissertação “Ecologia Histórica Aplicada à Gestão Ambiental Comunitária da Terra Indígena” que as atuais designações das plantas agrícolas na língua Maxakali não possuíam cognatos em português e tupi, “sugerindo uma perpetuação histórica de termos endógenos à família linguística Maxakali”.

Além dos nomes das plantas, o autor certificou a existência de variedades crioulas/indígenas de abóbora (*totmãg*), pimenta (*petenãg*), banana (*tepta*), mandioca (*kohot*) e batata-doce (*komỹ*) (Ferreira, 2012), todas relevantes na dieta alimentar Maxakali e os dois últimos importantes também para a cosmologia. A fibra da mandioca por ser um espírito-cantor, o *Kotkuphi* e a batata-doce por ser um alimento muito apreciado tanto por esses indígenas quanto pelo povo espírito-cantor *Kõmãyxop*. Rolim (2021) apresentou o mito narrado por um Maxakali sobre o desaparecimento da batata doce, transcrito a seguir.

Certa vez, *tak kutut* me contou de um tempo que não havia mais batatas-doces nas aldeias. As ramas desapareceram e o cultivo se extinguiu por todo o território tikmu'un. Ainda jovem, caminhando pelos caminhos dos antepassados, nos fragmentos das extensas faixas da Floresta Atlântica que ainda resistiam à ocupação violenta dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, *tak kutut* encontrou algumas ramas espalhadas pela mata e decidiu levá-las em sua volta. Assim, como ele me contou, os tikmu'un recuperaram o cultivo das batatas-doces, após um longo período de sua ausência (Rolim, 2021, texto digital).

No PIMO, os Maxakali faziam três roças por ano: duas antes das chuvas de “trovoadas” em setembro e outubro e uma antes das chuvas de “neblina” em fevereiro e março. Na primeira era plantado arroz nos brejos e na segunda mantimentos nas matas e capoeiras. Na terceira roça plantavam somente os mantimentos: feijão, milho, mandioca e batata-doce (Relatório [...], 1956).

O tamanho de cada roça dos Maxakali era de no máximo 1.250m<sup>2</sup> ou 1/8 de alqueire. Primeiro, realizavam a derrubada da roça anterior ou da mata que, depois de vários dias exposta ao sol, era queimada antes das primeiras chuvas, para posteriormente e junto com suas mulheres plantarem na área preparada. Não era possível a esses indígenas fazerem roças maiores antes das chuvas das trovoadas, visto que as atividades das mesmas exigiam muito trabalho para o breve tempo que possuíam (Relatório [...], 1956).

Caso o Maxakali utilizasse seu tempo na atividade da caça ou se necessitasse de dinheiro rápido e tivesse que trabalhar para fazendeiros próximos, menor seria sua roça e/ou colheita, dependendo do tempo dispendido nessas outras atividades (Relatório [...], 1956). Vale lembrar que as caçadas fazem parte dos rituais cosmológicos Maxakali, sendo, portanto, uma tarefa de grande relevância para esse povo guerreiro.

Eles costumavam trabalhar para os fazendeiros por uma semana ou menos principalmente colhendo arroz e fazendo limpas e roçagem para os plantios (Rubinger, 1980).

Em 1939, Nimunedajú (1958) observou que os Maxakali desconheciam os cultivos de algodão e tabaco, porém Ferreira (2012) relatou que esses indígenas afirmaram que seus ancestrais plantavam bastante tabaco por ser apreciado pelos homens no cotidiano e no xamanismo. Já Métraux e Nimunedajú (1946) expuseram que o algodão foi listado por Wied-Neuwied, em 1820, entre os cultivos dos Maxakali localizados no Rio Pardo. Afirmaram ainda que desde o início do século XIX eles plantavam milho, feijão, batata-doce e mandioca.

Mariano de Oliveira, Encarregado do Posto, observou que em 1945 quase todos os Maxakali tinham suas “rocinhas”, estavam habituados com o trabalho na terra, não pediam nas casas, não roubavam nas roças alheias e trabalhavam no campo com o auxílio do PIMO (Relatório [...], 1946a, p. 19). Verifica-se, portanto, que o discurso do Encarregado estava alinhado às diretrizes do SPI que visava transformar os indígenas em trabalhadores rurais. Reafirmava também a importância e imprescindível presença do SPI nesse processo de transformação, entretanto desconsiderava os saberes indígenas sobre o manejo da floresta e da sustentabilidade econômica conforme a cultura Maxakali.

O discurso reforçava ainda a figura do indígena como ser inferior, uma vez que passaram ao hábito do trabalho somente após a tutela desse órgão. Para o gestor do PIMO, a coleta, a caça, a pesca e a agricultura itinerante praticadas pelos Maxakali desde tempos imemoriáveis não eram trabalho. Os indígenas só sabiam pedir nas casas e roubar antes do SPI, porém ignoravam completamente que a destruição das condições ambientais perturbou os meios de sobrevivência desse povo.

Às cinco horas da manhã, mais ou menos, enquanto os homens vão caçar ou cuidar de sua roça, as mulheres e os meninos saem para a pesca. Ao meio-dia, mais ou menos, estão de volta e parece que não “trabalham mais”. Grande parte fica em casa; os homens fazendo arcs, flechas, vassouras e balaios, e as mulheres tecendo redes de pesca, fazendo cerâmica e outras prendas (Rubinger, 1980, p. 50).

De acordo com os documentos analisados, o PIMO auxiliava os Maxakali com doações de sementes e ferramentas, nada foi mencionado em relação às orientações de manejos de plantas ou animais. Em 1949, foram distribuídas sementes de arroz, milho e soja (Relatório [...], 1950a); em 1951, sementes de arroz, milho e feijão (Avisos [...], 1951); em 1958, foices, enxadas, machados e sementes de arroz, milho e feijão (Avisos [...], 1958, MI); em 1966, instrumentos agrícolas para os homens (Avisos [...], 1966). O documento não especifica o tipo de instrumentos.

[...] Neste mês, foram distribuídas para os índios que haviam maior necessidade, as seguintes ferramentas: 35 foices, 35 enxadas e, 12 machados. Sementes distribuídas para os índios efetuarem suas plantações. Foi distribuído, 400 litros de arroz, 200 litros de feijão e, 20 litros de milho. Além dos 153 kilos de feijão de produção do posto, que foi distribuído para os índios plantarem, foi comprado mais, 47 kilos para completar as plantações das áreas cultivadas pelos índios (Avisos [...], 1958, p. 675).

Notou-se, portanto, que a assistência aos trabalhos agrícolas prestada pelo PIMO se referia às doações esporádicas de sementes, principalmente, arroz, milho e feijão e ferramentas. Interessante observar que a atividade agrícola contava com 27,44% do total de recursos planejados para o posto, contudo o destino desses era para atividades que buscavam o “desenvolvimento da agricultura”, conforme definido pelos funcionários e gestor do posto, e não para a prestação de assistências aos Maxakali ou benfeitorias que os beneficiassem.

Por isso, não é de se estranhar que não foram localizados documentos que mencionasse algum diálogo entre os Maxakali e os funcionários do PIMO sobre questões ligadas a qualquer atividade agrícola desenvolvida em conjunto. As trocas de conhecimentos e orientações sobre o que, como, onde, quando ou porque plantar ou onde se deve investir para aumentar e melhorar a produção de alimentos parecem nunca ter acontecido, muito menos foi registrada.

Em 1950, a família do Cascorado Maxakali, devido ao atrito com outras famílias do Pradinho, abandonou suas plantações e durante oito meses não realizou as atividades agrícolas em Água Boa, “como consequência faltou-lhes alimentação, criando-se um problema sério” (Relatório [...], 1950b, p. 178). Para reestabelecerem o “equilíbrio produtivo e alimentar”, os funcionários do PIMO forneceram-lhes “pequenos auxílios para suas novas lavouras”, foram doadas e emprestadas ferramentas (Relatório [...], 1950b, p. 179).

Essa descrição sobre a família do Cascorado reforçou que a “assistência” agrícola fornecida pelo PIMO aos Maxakali resumia-se ao fornecimento de ferramentas e sementes, nesse caso nem sementes receberam. Mostrou ainda que aqueles que não trabalhavam não tinham direito à alimentação. Contudo, esses funcionários estavam acatando as diretrizes do SPI que impedia a distribuição de roupas e alimentos para indígenas, adultos saudáveis e que não estavam trabalhando, para não se acostumarem aos hábitos da preguiça (Bringmann, 2015).

Qualquer prática de assistência gratuita, no entanto, era veementemente condenada pela direção do SPI, principalmente quando se tratava de distribuir roupas e alimentos aos indígenas que não estivessem doentes ou não fossem crianças, idosos ou inválidos, sendo considerado esse procedimento extremamente inconveniente, pois, conforme orientava uma circular de 1941, agindo dessa forma, o chefe do Posto compromete seu trabalho, pois através da assistência gratuita: “o índio perde a atividade, e não adquire a noção, normal e indispensável do trabalho e do comércio,

incorpora-se à sociedade brasileira com a mentalidade de parasita e mendigo, como se vê frequentemente” (Bringmann, 2015, p. 243).

Nos anos de 1951 a 1953, 1956 a 1959, 1966 e 1967, período em que foram identificados documentos que mencionavam as atividades desempenhas pelos Maxakali, observou-se que esse povo dispendeu o total de 39 meses no preparo das terras para o plantio, em média 4,3 meses por ano; 16 meses plantando, em média 2,3 meses por ano, excluindo-se os anos de 1959 e 1967 que não registraram os plantios nos avisos; e 6 meses colhendo por ano, excluindo-se 1952, 1956, 1958 e 1959 anos que não registraram as colheitas nos avisos e 1966 que não houve colheita devido à seca.

Verificou-se que em 1952 e 1958 os Maxakali trabalharam oito meses nas preparações para o plantio em cada ano e plantaram durante dois e três meses, respectivamente, nesses anos, no mínimo. Porém, não foi registrada nenhuma colheita (Avisos [...], 1952, 1958). Verificou-se, portanto, o “descuido” dos funcionários do PIMO no registro nos meses de colheita dos produtos.

Diante do exposto, observou-se que os Maxakali, que viam a agricultura como atividade complementar às práticas de caça, pesca e coleta, passaram a despender mais tempo nas atividades de cultivo de plantas. Primeiro devido à invasão dos brasileiros na região que, conforme afirmou categoricamente Nimuendajú (1958, p. 56) em 1939, “dois terços desse paraíso dos índios lavradores e caçadores, que estava coberto de mata ininterrupta, estão transformados em vastas pastagens de capim-colônia, na sua maior parte sem uma única rês, pelos intrusos [...]”. Depois pelas atividades de agricultura e pecuária extensivas implantadas, a partir de 1940, pelo SPI nos territórios de Água Boa e Pradinho.

Anterior aos contatos interétnicos, os Maxakali retiravam os recursos necessários para uma vida plena da Mata Atlântica. Nadavam, bebiam e pescavam nos rios; coletavam frutos, plantas, remédios, insumos para o artesanato e caçavam nas florestas; plantavam e colhiam no solo fértil; e relacionavam-se entre si e com os *yãmĩy* em um território descrito pelos “civilizados” como o Jardim do Éden. Eles utilizavam técnicas ancestrais para o cultivo de plantas e para a caça seletiva, explorando os ecossistemas da Mata Atlântica sem comprometer seu equilíbrio (Decola, 1999). Isto porque as práticas ecológicas dos indígenas pouco alteravam os ecossistemas, ela era “manejada e modelada em benefício das gerações presentes e futuras” (Pardini, 2012, p. 595).

Porém, com o desmatamento da floresta e sua substituição por pastos, o modo de vida e de produção foram alterados. Quando praticavam a agricultura itinerante na mata, eles estabeleciam as capoeiras e o “avançar do processo sucessional (técnica conhecida como pousio, etapa essencial na agricultura itinerante

ameríndia)” (Ferreira, 2012, p. 53). Com a introdução do pacote tecnológico de manejo do capim colônia imposto pelos colonos e funcionários do PIMO, o “uso do fogo em larga escala para a limpeza e rebrota das touceiras” foi incorporado e ressignificado pelos Maxakali (Ferreira, 2012, p. 54).

Nesse contexto, os Maxakali passaram a empregar o fogo para além das práticas de rebrota do capim e limpeza do roçado, utilizando também para redução do excesso de biomassa acumulada sobre o solo, limpeza e abertura de caminhos, caça e acuação de animais e entretenimento das crianças (Ferreira, 2012). Alertou o autor que o fogo produzido pelos Maxakali, após a substituição da floresta pelo capim, em nada se assemelhava aos utilizados pelos outros povos originários da América do Sul, a prática da coivara, tendo sido interpretada por uma liderança como uma guerra, visto o poder destrutivo do fogo.

Costa (2015, p. 101), ao presenciar crianças indígenas ateando fogo no vasto campo do TI Maxakali e percebendo a postura de desdém dos adultos, interpretou que esse povo “queimando o mato, talvez, estivessem dizendo que aquele capim, que de bichos escondia praticamente apenas cobras, definitivamente não os interessava”. Portanto, o fogo, nessas circunstâncias, representava protesto as condições em que viviam.

A devastação da mata trouxe consequências sérias também para o relacionamento desse povo com os *yãmiy* (espíritos-cantores), considerando como central no contexto cosmológico e xamânico (Álvares, 2018). Para começar, os *yãmiy* viviam na floresta e passaram a morar no cabelo dos Maxakali ou no mato, além disto, a reciprocidade entre humanos e não humanos dava-se em torno da comida (Macêdo, 2017). Com a escassez dos recursos florestais e, conseqüentemente, a redução dos alimentos, eles passaram a não ter o que trocar com os espíritos-cantores. Por isso, quando reafirmam a necessidade das matas estão reivindicando muito mais que apenas a sobrevivência física, mas a sobrevivência enquanto pessoa, que é construída por meio da relação entre eles e os não humanos, portanto, a ausência da floresta feriu o cerne do que é ser Maxakali.

O comércio na região do TI de Água Boa era bastante competitivo e os custos de produção eram reduzidos quando podia-se produzir muito. Como os Maxakali não tinham capital e mão de obra suficiente para grandes plantações, produziam menos a maiores custos, o que já era uma desvantagem em relação aos fazendeiros que produziam mais a menores custos, visto que todos vendiam de acordo com o preço do mercado local (Relatório [...], 1956).

Azanha (2005) alerta para os diferentes significados de trocas. Para as sociedades capitalistas, nas trocas humanas o que interessa é o móvel (objetos físicos ou simbólicos) enquanto nas sociedades indígenas a prioridade está nas relações, sendo o móvel um pretexto. Essa diferenciação também é aplicada aos Maxakali, visto que eles continuavam trocando mesmo saindo em desvantagens. Além disto, no sistema guerreiro desse povo, o inimigo não é vencido definitivamente para que novas relações continuem sendo travadas, portanto, se na guerra eles privilegiam as relações, muito provavelmente também nas trocas.

Interessante notar que para os Maxakali o cuidado com a criação de animais não fazia, e ainda não faz, parte da forma como se relacionam com os mesmos. Para eles, é estranho “criar uma rotina de cuidados voltada a um sujeito plenamente dotado de faculdades racionais, absolutamente capaz de cuidar de sua própria vida” (Ribeiro, 2008, p. 53). Os animais, visto de sua perspectiva, dispõem de uma personalidade assim como os humanos, “o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (Castro, 2004, p. 225).

Esses indígenas têm curiosidades sobre os animais e “a maioria de seus cantos sagrados” referem-se às manifestações sobre o mundo sob o ponto de vista de um deles, tratando-se de um importante conhecimento partilhado entre os Maxakali (Ribeiro, 2008, p. 52). Acrescenta-se que os ancestrais desse povo desconheciam o manejo do gado e da pastagem, visto que sua economia e ecologia ocorriam no ambiente florestal e não em campos (Ferreira, 2012) por isso, eles não criavam animais.

Nos documentos do SPI inexistem menções dos Maxakali criando quaisquer animais. Foi Nimuendajú (1958) quem informou que criavam, em 1939, porcos e galinhas em pequenas quantidades, grande número de cachorros e nenhum bovino ou equino. Porém, em 1963, Rubinger (1980, p. 59) observou que esses indígenas possuíam 16 equinos, fruto do presente de Fernando Cruz quando saiu do PIMO. Ele doou 60 animais, mas “grande parte deles não conseguiu reter os animais; venderam-nos ou trocaram”.

Apesar de não terem quantidade considerável de animais de pequeno porte dentro dos seus territórios, os Maxakali tiveram que conviver com os problemas decorrentes das criações de animais de grande porte no período de 1945 a 1967 e suas consequências. Destacando-se os dois terços do território indígena cobertos por capim coloniã (Nimuendajú, 1958), restringindo a área de plantio e caçada desses indígenas agricultores e caçadores.

Outras atividades que contribuíam para a obtenção de renda ou complementavam os meios de sobrevivência dos Maxakali eram a pesca, a caça, a coleta, o artesanato, a criação de porco a meia com

algum vizinho ou parente e o furto de café do PIMO para venda (Relatório [...], 1956). A pesca era realizada com anzóis, puçás e timbó (Nimuendajú, 1958) e representava pequena parcela da sustentabilidade econômica deles, diferente da caça e da coleta que eram importantes (Métraux; Nimunedajú, 1946).

Porém a caça, em 1958, estava “quase completamente destruída pela ganância dos negociantes de couros silvestres”, mas ainda assim encontravam capivaras que eles pegavam com lanças (Nimuendajú, 1958, p. 60). Esses indígenas participaram ativamente do comércio de couros/peles enquanto duraram as últimas matas, porém de acordo com o Moretzsohn elas já não existiam (Relatório [...], 1956).

Comercializavam também as poias existentes nas matas (Relatório [...], 1956). Era uma planta bastante apreciada pelos seus valores medicinais e que também desapareceram junto com a Mata Atlântica. As mulheres coletavam argila e confeccionavam cerâmicas, teciam redes de pescar, de dormir e de carregar alimentos, faziam colares com unha de animais e frutinhas para uso e venda. Os homens faziam peneira, arcos e flechas, chocalhos, bodoques, capacetes; coletavam mel e cera de abelha para consumo e comércio (Rubinger, 1980).

Diante do exposto, ficou evidente que a restrição territorial e a destruição da Mata Atlântica onde caçavam, pescavam e coletavam pôs fim ao principal meio de sobrevivência dos Maxakali. A agricultura, nas condições impostas pelo mercado e mesmo com todo o esforço desse povo, não pôde substituir aquelas três primeiras atividades, visto que a agricultura era complementar às demais. Esse foi um dos principais motivos que levou os indígenas à fome por quase uma década no final de 1950 e quase toda década de 1960.

Contudo, é importante salientar que os Maxakali não deixaram de praticar o cultivo dos alimentos, as caçadas e as coletas, de produzir o artesanato e realizar trocas com o intuito de se relacionar com o outro. Em meio à desintegração dos recursos de seu território, mesmo assim eles mantêm viva a sua cultura, como afirma Sahlins (1997, p. 41) “a ‘cultura’ não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se que as atividades produtivas desenvolvidas no Posto Indígena Mariano de Oliveira foram definidas de acordo com o mercado e a capacidade produtiva da terra, não levando-se em consideração os interesses e as práticas da sustentabilidade econômica tradicional dos Maxakali, motivo pelo qual o café e a pecuária bovina foram os carros chefes do posto.

Observou que no PIMO ao longo de 1940 a 1967 cultivaram-se vinte e cinco tipos de alimentos: abacate, abacaxi, amora, arroz, banana, batata, café, caju, cana, coco, feijão, horta, jaca, jenipapo, jeribá, laranja, limas, limão, mandioca, manga, melancia, milho, soja, tangerina e uva; e também criaram-se bovinos, suínos e ovinos. Contudo, mesmo vivendo no meio da abundância de bois, dos arrendamentos e do Posto, os Maxakali passassem fome por quase uma década, impossibilitados de usufruírem de seus territórios espoliados.

É do conhecimento daqueles que se dedicam às questões indígenas que todas as políticas implantadas no Brasil desde a colonização foram voltadas para a eliminação cultural, social, econômica e política dos povos originários que aqui viviam. A busca pela uniformidade e generalidade, denominada singelamente de assimilação e integração, foi prevista e desejada por muitos brasileiros que acreditam “ser índio” uma fase transitória até a “civilização”. Contudo, o intuito não foi alcançado dada a resiliência e resistência indígena e talvez também a crença “inocente” dos “civilizados” que planos de médio e longo prazos não eram necessários para a destruição da grande diversidade cultural brasileira. Subestimaram o indígena e os *yãmiy* dos Maxakali.

Mesmo sem a floresta, eles resguardaram os conhecimentos ecológicos tradicionais por meio dos cantos dos *yãmiy* e da mitologia, assegurando por meio cultural a segurança alimentar e nutricional de seu povo. E, enquanto o SPI promovia a organização econômica dos Maxakali sem a participação e o diálogo com esses indígenas, acreditando ser a melhor forma de gerir uma política pública. Eles já compreendiam, desde bem antes da implantação do PIMO, que era preciso negociar com os “civilizados” em favor de seus interesses pessoais e coletivos.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Catálogo de Metadados da ANA**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/home>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ÁLVARES, Myriam Martins. **Alteridade e história entre os Maxakali**. 2018. 355 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

AVISO mensal de janeiro de 1954 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1954, p. 892-893.

AVISOS mensais de janeiro a abril e junho a dezembro de 1958 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1958, p. 673-694.

AVISOS mensais de janeiro a dezembro de 1949 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1949, p. 49-74.

AVISOS mensais de janeiro a dezembro de 1950 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1950, p. 148-169.

AVISOS mensais de janeiro a dezembro de 1951 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1951, p. 229-260.

AVISOS mensais de janeiro a dezembro de 1952 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1952, p. 548-571.

AVISOS mensais de janeiro a julho e dezembro de 1953 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1953, p. 579-594.

AVISOS mensais de janeiro a março de 1959 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1959, p. 767-772.

AVISOS mensais de janeiro e fevereiro, abril a novembro de 1957 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1957, p. 618-626, 629-636 e 69.

AVISOS mensais de janeiro, fevereiro e julho de 1967 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à Ajudância Minas-Bahia. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1967, p. 6374-6376.

AVISOS mensais de junho e dezembro de 1956 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1956, p. 611-617.

AVISOS mensais de maio e junho de 1962 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à 4ª Inspeção Regional. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1962, p. 823-826.

AVISOS mensais de março, abril, junho, julho, setembro e dezembro de 1966 do Posto Indígena Mariano de Oliveira encaminhado à Ajudância Minas-Bahia. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1966, p. 6366-6373.

AZANHA, Gilberto. Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras. **Tellus**, Campo Grande/MS, ano 5, n. 8/9, p. 11-28, abr./out. 2005.

BAGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas**. Brasília: FUNAI, p. 13-93, dez. 2007.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul**: Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapacó/SC (1941-1967). 2015. 452 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CARTA de 08 de setembro de 1959 endereçada ao Chefe da 4ª Inspeção Regional do SPI enviada por Francisco Sampaio. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1959, p. 914-915.

CARTA de 28 de janeiro de 1949 endereçada à 4ª Inspeção Regional enviada por Marinho de Oliveira Sampaio. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1949, p. 875.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 225-254, set. 2004.

COSTA, Ana Carolina Estrela da. **Cosmopolíticas, olhar e escuta**: experiências cine-xamânicas entre os Maxakali. 2015. 240 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DECLARAÇÃO de 27 de abril de 1967 do Superintendente da Ajudância Minas Bahia, Augusto de Souza Leão. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1967, p. 6303-6304.

DECOLA, Philippe. A selvageria culta. In: Adalberto Novaes (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras: Funarte, 1999, p. 107-124.

DEFESA de 29 de abril de 1968 apresentado pelo servidor João Cardoso dos Santos à Comissão de Inquérito do SPI. **Relatório Figueiredo**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1968, p. 5254-5259.

FERREIRA, Marco Túlio da Silva. **Ecologia Histórica Aplicada à Gestão Ambiental Comunitária da Terra Indígena Maxakali, Minas Gerais**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) -

Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANI, Luis Carlos; SOUZA, Luiz Carlos Ferreira de; CECCON, Gessi. **Consortiamento de culturas**. EMBRAPA, Brasília, dez. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/sistema-plantio.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Indígenas. Primeiros resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2023.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metadados**: Geociências. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

JAMAL JÚNIOR, José Ricardo. **Entre o medo e a saudade**: imagens da caça nos cantos de kotkuphi, conforme exegeses de Toninho Maxakali. 2017. 346 f. Tese (Doutorado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**. Revista Tellus. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado do Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MACÊDO, Tainã Assis. **Terra cantada Maxakali (Tikmũ'ün)**. 2017. 158 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MAURO, Victor Ferri. Aspectos críticos da ação tutelar do Serviço de Proteção aos Índios frente ao povo terena. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2021.

MÉTRAUX, Alfred; NIMUENDAJU, Curt. The Mashacali, Patashc, and Malali Linguistic Families. **Handbook of South American Indians**, v. 1, United States Government Printing Office: Washington, 1946, p. 541-545.

NIMUENDAJÚ, Curt. Índios Machacari. **Revista de Antropologia**, São Paulo, separata, v. 6, n. 1, p.53-61, jun. 1958.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro. **Razão e afetividade**: a iconografia Maxakali marcando a vida e colorindo cantos. 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PARDINI, Patrick. Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonância na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goedi**, Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 2, p. 589-603, maio/ago. 2012.

PEREIRA, Grazielle da Silveira. **Geração de outros românticos: a verificação do [anti] Serviço de Proteção aos Índios.** 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

RELATÓRIO de 01 de janeiro de 1950 apresentado à 4ª Inspeção Regional pelo Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira referente aos trabalhos executados no ano de 1949. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1950a, p. 224-228.

RELATÓRIO de 05 janeiro de 1948 apresentado à Diretoria SPI pelo Chefe da 4ª Inspeção Regional do SPI referente aos trabalhos executados no ano de 1947. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1948, p. 1980-1998.

RELATÓRIO de 11 de fevereiro de 1946 apresentado à Diretoria do SPI pelo Chefe da 4ª Inspeção Regional referente aos trabalhos executados no ano de 1945. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1946b, p. 1055-1092.

RELATÓRIO de 20 de janeiro de 1947 apresentado à Diretoria do SPI pelo Chefe da 4ª Inspeção Regional referente aos trabalhos executados no ano de 1946. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1947a, p. 1093-1113.

RELATÓRIO de 22 de janeiro de 1947 apresentado à 4ª Inspeção Regional pelo Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira referente aos trabalhos executados no ano de 1946. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1947b, p. 865-873.

RELATÓRIO de 22 de janeiro de 1951 apresentado à Diretoria do SPI pelo Chefe da 4ª Inspeção Regional referente aos trabalhos executados no ano de 1950. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1951, p. 2027-2044.

RELATÓRIO de 26 de janeiro de 1946 apresentado à 4ª Inspeção Regional pelo Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira referente aos trabalhos executados no ano de 1945. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1946a, p. 17-21.

RELATÓRIO de 28 de novembro de 1960 apresentado à Diretoria do SPI pelo Chefe da 4ª Inspeção Regional referente aos trabalhos executados no ano de 1960. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1960, p. 1660-1678.

RELATÓRIO de março de 1956 apresentado ao Chefe da Seção de Estudos do SPI por Marcello José Moretzsohn de Andrade intitulado “Problemas de Assistência aos Índios Maxakali”. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1956, p. 2089-2102.

RELATÓRIO de setembro de 1950 apresentado à Diretoria do SOI apresentado pelo Inspetor Especializado Alísio Carvalho referente às atividades de orientação, fiscalização e execução do plano de trabalho realizados no período de maio a agosto de 1950. **Serviço de Proteção aos Índios.** Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1950b, p. 178-182.

- RIBEIRO, Rodrigo Barbosa. **Guerra e paz entre os Maxakali**: devir histórico e violência como substrato da pertença. 2008. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ROCHA, Leandro Mendes. **Da proteção fraternal ao integracionismo harmonioso**: aspectos da política indigenista (1950-1967). Brasília, FUNAI, 1993.
- ROLIM, Thiago. **Das nossas histórias e retomadas**: a tradicional batata doce do povo tikmu’um Maxakali. Teia dos Povos Indígenas: Bahia, 25 maio 2021. Disponível em: <https://teiadospovos.org/das-nossas-historias-e-retomadas-a-tradicional-batata-doce-do-povo-tikmuun-maxakali/>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- RUBINGER, Marcos Magalhães. **Maxakali o povo que sobreviveu**: Estudo de fricção interétnica em Minas Gerais. In: RUBINGER, Marcos Magalhães; AMORIM, Maria Stella de; MARCATO, Sonia de Almeida. Índios Maxakali: resistência ou morte. Belo Horizonte: Interlivros, 1980, p. 9-97.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.
- SANTOS, Márcio Achtschin. A ocupação do Vale do Mucuri: a elite rural e o dilema entre modernidade e atraso. **Revista Espinhaço**, Teófilo Otoni, n. 9, v. 1, p. 71-79, 2020.
- SILVA, Leonardo Leocádio da. **O conflito das coisas**: fluxos e tensões no universo tikmũ’ũn. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SILVEIRA, Katia Pedroso. **Ensino de ciências e tradição Maxakali**: construindo relações em busca de um mundo comum. 2015. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- TABELA numérica do pessoal assalariado da 4ª Inspetoria Regional do SPI de 01 de março de 1949. **Serviço de Proteção aos Índios**. Museu do Índio: Rio de Janeiro, 1949, p. 2125-2127.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1998.